AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

Nota Técnica nº 5/2019/SBQ-CGR/SBQ-e

PROCESSO Nº 48610.201330/2019-87

INTERESSADO: SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

ASSUNTO

Consolidado, com posições da SBQ, das contribuições ofertadas durante a Consulta e Audiência Públicas nº 7/2019.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A presente Nota Técnica tem por escopo apresentar parecer desta Superintendência acerca das sugestões e dos comentários recebidos durante a Consulta e Audiência Públicas nº 7/2019, cujo objeto consistiu na obtenção de subsídios e informações adicionais sobre resolução da ANP que regulamentará os critérios para individualização das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para comercialização de combustíveis, aplicáveis a todos os distribuidores de combustíveis, de que trata o art. 7° da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017. Adicionalmente, aos critérios para individualização das metas, são estabelecidas as sanções pelo descumprimento da meta individual, os prazos de vigência e a data prevista de publicação anual das metas.

ANÁLISE

**CONSULTA PÚBLICA E METODOLOGIA DE ANÁLISE DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES RECEBIDAS**

A ANP recebeu 102 contribuições durante a Consulta e Audiência Públicas, que podem ser divididos em nove grandes grupos: alteração da meta individual, cálculo da participação de mercado dos distribuidores de combustíveis, comprovação do cumprimento da meta anual individual, sanções pelo descumprimento da meta anual individual, tratamento para fusão, cisão e incorporação de empresas, tratamento para novos entrantes e término de operações de empresas, metas para 2019, definições e outros. Ressalta-se que, entre tais contribuições, há alguns simples comentários, para os quais se apôs apenas ciência.

A presente Nota dá destaque às contribuições que disseram respeito aos principais tópicos da minuta de resolução, não obstante todo o universo tenha sido objeto de análise. O documento [0229360](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=256611&id_procedimento_atual=139643&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000125&infra_hash=3dd5c03c2edbf16616145f757d6cc2cf16a6ca112ac05977880e52a040f38b35), intitulado “Análise das contribuições da Consulta Pública 7/2019”, registra todas as contribuições recebidas com indicação de acatamento ou rejeição e respectivas justificativas. Foram rejeitadas 57 contribuições, acatadas integralmente 21 contribuições e acatadas parcialmente 11 contribuições.

**DESTAQUES - POSIÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA**

A seguir, são apresentados os destaques da Consulta e Audiência Públicas já transfigurados nas modificações levadas à minuta de resolução, as quais configuram posições da Superintendência.

*No Capítulo I – Das Metas Anuais de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa*

Foi acatada sugestão de melhorar a redação do caput do art. 2° de modo a compatibilizá-la com as fórmulas apresentadas no anexo, ou seja, esclarecer que a participação do distribuidor diz respeito ao total de emissões dos combustíveis fósseis e que todos os distribuidores que comercializarem combustíveis fósseis em um determinado ano terão meta positiva de aquisição de CBIOS no ano subsequente.

*Na seção I do Capítulo I – Critérios para o Cálculo da Meta Anual Individual*

Foi acatada sugestão de inclusão de lista de combustíveis fósseis considerados no cálculo da meta anual individual como forma de dar maior transparência ao processo. Sempre que necessária a modificação de tal lista com a inclusão de outros combustíveis, a alteração da Resolução deverá ser precedida de Consulta e Audiência Públicas de acordo com Instrução Normativa interna da ANP.

Foi incluído parágrafo explicitando a exclusão do somatório do volume de cada combustível comercializado pelo distribuidor daqueles volumes comercializados para outro distribuidor e daqueles destinados à exportação. Tal entendimento já estava descrito na Nota Técnica SBQ 13/2019.

Foi incluído parágrafo no artigo 7º tratando especificamente dos casos de cisão  de empresas que geram duas empresas sucessoras, explicitando que as metas serão solidárias entre as empresas.

*No Capítulo II – Da Comprovação do Cumprimento da Meta Anual Individual*

Foram acatadas sugestões de aprimoramento da redação do parágrafo único do artigo 8° de modo a explicitar o entendimento de que a SBQ possui na aplicação da concessão de transferência de 15% das metas não cumpridas de um ano para o ano subsequente.

*No Capítulo III – Das Sanções pelo Descumprimento da Meta Anual Individual*

Foi incluído parágrafo no art. 10 de modo a explicitar entendimento da área técnica relativo à forma de aplicação de multa quando o limite de 15% concedido no art. 8° for ultrapassado.

Foram acatadas sugestões de aprimoramento da redação artigo 11. Adicionalmente, foi incluído parágrafo acatando sugestão recebida como forma de explicitar entendimento da área técnica relativo a como deverá ser mensurada a vantagem auferida.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Análise das contribuições da Consulta Pública 7/2019 - Documento SEI n°[0229360](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=256611&id_procedimento_atual=139643&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000125&infra_hash=3dd5c03c2edbf16616145f757d6cc2cf16a6ca112ac05977880e52a040f38b35)

Súmula da Audiência Pública - Documento SEI n° [0222979](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=249304&id_procedimento_atual=139643&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000125&infra_hash=5105d64ae686016d2f9388a574026982a0b15dd52405cf703a08115dddf30699)

CONCLUSÃO

Conforme já ressaltado em diversos momentos ao longo do presente processo administrativo, a Lei nº 13.576, de 26/12/2017, que institui a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) foi regulamentada pelo Decreto nº 9.308, de 15/03/2018, ato esse que, entre outros dispositivos, prescreve as atribuições da ANP no RenovaBio.

Com a aprovação superior da minuta em referência e edição da decorrente resolução, a Agência se desincumbirá de parte relevante do que lhe cometeu dito decreto. Contudo, é importante ressaltar que o referido decreto estabeleceu o prazo de até 1º de julho de 2019 para que as metas compulsórias individuais de cada distribuidor de combustíveis sejam tornadas públicas.

Em vista disso, a SBQ realizou a Consulta Pública 7/2019 e encaminha o presente parecer de modo que seja possível a publicação da resolução proposta pela diretoria colegiada em tempo hábil para a publicação das metas de 2019.

A minuta da Resolução ora levada à análise superior foi modificada de forma a refletir as propostas de alterações formuladas por ocasião da Consulta e Audiência Públicas n° 7/2019, acatadas total ou parcialmente por esta Superintendência, conforme acima explicitado.